

A  
7  
PP

## **Arbitragem Obrigatória**

**Nº Processo: 7 / 2012-SM**

**Conflito:** art. 538º CT – AO para determinação de Serviços mínimos

**Assunto:** GREVE NO METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E, DE 21FEV A 31MAR2012, AO TRABALHO SUPLEMENTAR – PEDIDO DE ARBITRAGEM OBRIGATÓRIA PARA DETERMINAÇÃO DE SERVIÇOS MÍNIMOS.

## **ACÓRDÃO**

### **I. ANTECEDENTES**

1. Por e-mail de 10 de fevereiro de 2012, a Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) do Ministério da Economia e do Emprego, remeteu à senhora Secretária-Geral do Conselho Económico e Social (CES) comunicação com a indicação de que se destinava a dar cumprimento ao disposto na alínea b) do n.º 4 do art. 538.º do Código do Trabalho (CT), nos termos do disposto no n.º 1 do art. 25.º do Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de Outubro, para constituição de tribunal arbitral tendo em vista a prestação de serviços mínimos a realizar durante a greve dos trabalhadores do Metropolitano de Lisboa, EPE (METRO Lisboa), bem como dos meios necessários para os assegurar. A greve está marcada para o período de 21 de fevereiro a 31 de março de 2012, a todo o trabalho suplementar e feriados, nos termos definidos no respetivo aviso prévio de greve.

Junto a tal ofício constam cópias dos seguintes documentos: ata da reunião convocada, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 538.º do CT, reunião que teve lugar no dia 20 de janeiro e na qual não foi possível chegar a acordo sobre a definição de serviços mínimos a prestar durante a greve acima referida, com os respetivos anexos, entre os quais o aviso prévio de greve emitido conjuntamente pela Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações (FECTRANS), pelo Sindicato do Trabalhadores

Handwritten marks: a large arrow pointing towards the top right, a smaller arrow pointing towards the bottom left, and the initials "Per" written next to the bottom arrow.

da Tração do Metropolitano (STTM), pelo Sindicato da Manutenção do Metropolitano (SINDEM), pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes (SITRA), e pela Federação dos Sindicatos da Indústria e Serviços (FETESE).

2. Da ata mencionada consta que os representantes dos sindicatos "manifestaram a sua inteira disponibilidade para assegurar os serviços mínimos constantes dos pré avisos de greve e que se têm revelado suficientes, aliás como decidido no acórdão proferido no processo nº 51/2010 e confirmado pelo acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, 4 de maio de 2011".

Da mesma ata consta ainda a posição expressa pela empresa que declarou não poder concordar com a definição dos serviços mínimos efetuada nos acórdãos anteriores, tendo apresentado por isso uma proposta de serviços mínimos constante do Anexo 3 da ata dessa reunião, onde propõe uma prestação de serviços mínimos em cerca de 42% da oferta normal do serviço em toda a rede do Metro.

3. Os serviços mínimos em causa não estão definidos e regulados em qualquer convenção coletiva, sendo certo, como já ficou dito, que os Sindicatos e a Empresa não lograram chegar a acordo na reunião relatada na ata.

Consta, ainda, de tal ata o entendimento de que o Metropolitano de Lisboa, presta serviços suscetíveis de satisfazer necessidades sociais impreteríveis, como, de resto, resulta do disposto na alínea a) do n.º 2 do art. 537.º do CT.

4. Por e-mail de 16 de Fevereiro de 2012, o Metropolitano de Lisboa, EPE remeteu ao Conselho Económico e Social um ofício enviado pelas Associações Sindicais subscritoras do pré-aviso de suspensão à greve declarada para os dias que sejam feriado, mantendo-se a greve ao trabalho suplementar declarando ainda que subsistia a necessidade de dar continuidade ao processo para definição de serviços mínimos.

## II. ARBITRAGEM

5. O Tribunal Arbitral considera que:

- a atividade do Metropolitano de Lisboa se destina à satisfação de necessidades sociais impreteríveis, cuja prestação correspondente não é suscetível de ser adiada (art. 537.º, n.º 2, alínea a), do CT);
- O Metropolitano de Lisboa se enquadra no sector empresarial do Estado – art. 538.º, n.º 4, alínea b), do CT;

pelo que lhe compete a definição de serviços mínimos a prestar durante a greve, sob pena de não serem satisfeitas as referidas necessidades sociais impreteríveis.

O Tribunal Arbitral (TA), nos termos do disposto no citado Decreto-Lei n.º 259/2009, ficou constituído como segue:

- Árbitro Presidente: António Casimiro Ferreira;
- Árbitro dos Trabalhadores: Jorge Estima;
- Árbitro dos Empregadores: Rafael Campos Pereira.

O Tribunal reuniu no dia 17 de fevereiro, às 10H00, nas instalações do CES, tendo de imediato decidido ouvir as partes, o que aconteceu de modo sucessivo, primeiro os representantes das associações sindicais e depois os representantes do Metropolitano de Lisboa, que se apresentaram todos devidamente credenciados.

A **FECTRANS** fez-se representar por:

- Anabela Paulo Silva Carvalheira;
- Diamantino José Neves Lopes.

O **STTM** fez-se representar por:

- José Manuel da Silva Marques;
- José Augusto Ferreira Rodrigues.

O **SINDEM** fez-se representar por:

- Luís Carlos Conceição Matias Franco;
- José Carlos Estêvão Silveira;

- Carlos Manuel Monteiro Duarte.

O **SITRA** fez-se representar por:

- Domingos Barão Paulino.

A **FETESE** fez-se representar por:

- Joaquim Manuel Galhanas da Luz.

O **METRO de Lisboa**, por sua vez, fez-se representar por:

- Maria Paula Ferreira Freitas Martins Sanchez Jorge;
- Jorge Miguel Almeida Ferreira;
- José Osvaldo Carmo Baptista Bagarrão.

6. Nas reuniões, tanto pelos representantes dos sindicatos como da empresa, foram prestados relevantes esclarecimentos quanto ao funcionamento do serviço do metro e à sua manutenção, e às condições de segurança necessárias ao seu funcionamento. Os representantes dos sindicatos pediram a junção de um documento ao processo (telecópia).

### **III. CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO E SEU ENQUADRAMENTO**

7. Tendo em conta que a greve decorrerá no período de tempo compreendido entre 21 de fevereiro e 31 de março de 2012, circunscrita ao trabalho suplementar, o Tribunal Arbitral procurou, nesse quadro, indagar da justificação ou não de fixação serviços mínimos para atender a necessidades sociais impreteríveis.

**Quanto ao segmento da circulação de composições** não se detetou qualquer necessidade social impreterível suscetível de justificar a necessidade de fixação de serviços mínimos, sendo certo que, de resto, o próprio METRO Lisboa os não propõe.

**Quanto ao segmento da gestão da manutenção** o TA valorizou o seguinte:

- As eventuais ocorrências associadas à necessidade de fixar serviços mínimos, em abstrato, são de verificação pouco frequente;
- De entre tais ocorrências aquelas que justificariam a necessidade de recorrer ao trabalho suplementar são de verificação ainda mais escassa (por ocasião dos intervalos de refeição ou falta imprevista de trabalhador escalado);
- O teor do ponto 9 do pré-aviso de greve das associações sindicais onde consta expressamente a obrigação de assegurar no decorrer da greve quaisquer outros serviços que, em função de circunstâncias concretas e imprevisíveis, venham a mostrar-se necessários à satisfação de necessidades sociais impreteríveis;
- A garantia dada oralmente pelos representantes sindicais nesta sessão do TA de que em caso de emergência grave assegurarão os meios necessários para responder de uma forma cabal à situação;
- A existência na empresa, conforme referido pelos presentes da mesma ao TA, de um plano de emergência.

Em observação dos pressupostos acima enunciados conclui-se pela desnecessidade da fixação de serviços mínimos neste segmento.

**Quanto ao posto de comando central** o TA considerou as circunstâncias descritas pela empresa segundo as quais se torna necessário assegurar a operação de dois trabalhadores em cada momento para garantia da operacionalidade do sistema, sendo certo que deste depende a segurança da operação.

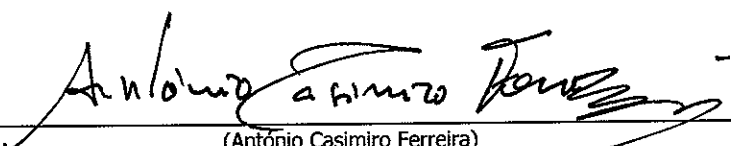
#### **IV. DECISÃO**

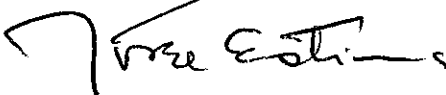
Pelo exposto, o Tribunal Arbitral decidiu, por unanimidade, definir os seguintes serviços mínimos durante o período de greve:

- i. Os identificados no pré-aviso de greve das associações sindicais;

- ii. O trabalho suplementar necessário para assegurar que, em cada momento, o posto de comando central disponha de dois trabalhadores.

Lisboa 17 de fevereiro de 2012

Árbitro Presidente   
(António Casimiro Ferreira)

Árbitro de Parte Trabalhadora   
(Jorge Estima)

Árbitro de Parte Empregadora   
(Rafael Campos Pereira)